

Banco Andbank (Brasil) S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações Financeiras	7
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco, no individual e consolidado, apresentou prejuízo no exercício de R\$ 9.002 mil, contra um lucro de R\$ 11.403 mil apresentado no exercício de 2015. O resultado referente ao exercício de 2015 é decorrente da constituição de créditos tributários em razão da reestruturação e transferência de controle acionário do Banco que foi aprovado pelo Banco Central no dia 08 de janeiro de 2015. O “Banco” pretende se consolidar no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas, assim a atuação do Andbank Brasil terá características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$ 138.593 (2015 - R\$ 131.173 mil) e consolidado R\$ 144.134 e é representado principalmente por:

Descrição	2016		2015	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.729	40.332	32.563	-
Aplicações Financeiras de Liquidez	-	4.420	-	-
Títulos e valores mobiliários	41.630	41.630	34.656	-
Operações de crédito	12.719	12.719	14.472	-
Outros créditos	27.528	28.199	46.115	-

- Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido no final do exercício foi de R\$ 90.393 mil (2015 - R\$ 80.394 mil) e consolidado R\$ 90.393 mil composto da seguinte maneira:

Descrição	2016		2015	
	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Individual</u>	<u>Consolidado</u>
Capital social	123.285	123.285	103.285	-
Reservas de capital	95	95	95	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(17)	(17)	982	-
Prejuízo Acumulado	(32.970)	(32.970)	(23.968)	-

- Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos.

<u>Agência</u>	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
FITCH RATINGS (*)	F3	BBB

(*) Atualizado em junho 2016.

Estrutura de gerenciamento de riscos

- **Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado no exercício de 2016, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que se evidencia a regularidade no enquadramento, do “Banco” aos atuais 10,5% (PR 9,875% + ACP 0,625%), definidos pelo referido Órgão regulador.

<u>2016</u>	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PL Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
Janeiro	81.097	12.254	65,35%
Fevereiro	80.372	15.453	51,36%
Março	80.249	15.398	51,47%
Abril	79.730	12.732	61,84%
Maior	79.205	15.188	51,49%
Junho	80.935	14.683	54,77%
Julho	76.418	16.521	45,68%
Agosto	77.040	13.509	56,32%
Setembro	75.436	13.913	53,54%
Outubro	72.202	17.245	41,34%
Novembro	70.014	20.047	34,49%
Dezembro	67.036	17.411	51,60%
Média			51,60%

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco Andbank (Brasil) S.A aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução CMN nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução CMN nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

- **Risco de mercado**

O Gerenciamento de Risco de Mercado, no “Banco”, é realizado em conformidade com as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional. A estrutura

de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por finalidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado, nas posições detidas pelo “Banco”.

A área de Risco é responsável por acompanhar, monitorar as informações de risco compiladas pela Tesouraria, de forma a assegurar que essas informações estejam em consonância com as normas estabelecidas pelo BACEN, executar simulação de novas operações e análise de Stress e Cenários conforme estabelecido em Política de Risco de Mercado. O primeiro passo para o cálculo do V@R (Valor a Risco) é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Risco de crédito**

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A gestão de Risco de Crédito encontra-se estruturada em conformidade com a Resolução 3.721/09, do CMN, sob a responsabilidade da Diretoria de Riscos e Compliance que executa atividades segregadas das unidades de negociação e de auditoria interna. Tem como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos, por meio de políticas aderentes às boas práticas, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco. O Comitê de Crédito é responsável pela análise das operações do Banco e dos riscos de crédito associados. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo “Banco” e tem por prática deliberar sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito bem como a aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar possíveis riscos.

- **Risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução CMN 4.090 de 24/05/2012.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que a Instituição tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional, risco de mercado e de liquidez encontram-se a disposição na sede da Instituição.

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O “Banco” conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus

produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas os casos são submetidos para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o “Banco” e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, dos serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 26 de maio de 2017

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), identificadas como Individual e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transferência do controle acionário

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional que descreve que em 08 de Janeiro de 2015 houve a transferência do controle acionário do Banco. O plano de negócios desse novo controlador, que estão descritos na mesma nota explicativa, consideram ações e medidas necessárias para a geração de resultados operacionais



positivos e lucros tributáveis futuros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dalá Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Individual		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		46.779	67.219	53.161	-	Circulante		29.612	30.261	35.114	-
Disponibilidades	4	175	205	402	-	Depósitos	13	22.283	23.605	22.283	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	38.554	32.358	44.350	-	Depósitos à vista		1.217	1.737	1.217	-
Aplicações no mercado aberto		38.554	32.358	44.350	-	Depósitos a prazo		21.066	21.868	21.066	-
Títulos e valores mobiliários	5	2.928	9.966	2.928	-	Outras obrigações		7.329	6.656	12.831	-
Carteira própria		2.928	9.966	2.928	-	Cobrança e arrecadação de tributos		480	736	483	-
Relações interfinanceiras	6	51	47	51	-	Sociais e Estatutárias		-	996	-	-
Créditos vinculados		51	47	51	-	Negociação e intermediação de valores		-	-	4.420	-
						Fiscais e previdenciárias	14.a	601	1.443	850	-
						Diversas	14.b	6.248	3.481	7.078	-
						Exigível a longo prazo		18.588	20.518	18.588	-
Operações de crédito		1.453	2.675	1.453	-	Depósitos	13	13.663	17.233	13.663	-
Setor público		-	1.018	-	-	Depósitos a prazo		13.663	17.233	13.663	-
Setor privado	7	1.541	3.790	1.541	-	Outras obrigações		4.925	3.285	4.925	-
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(88)	(2.133)	(88)	-	Fiscais e previdenciárias	14.a	280	263	280	-
Outros créditos		520	18.801	879	-	Diversas	14.b	4.645	3.022	4.645	-
Rendas a receber	9.a	-	570	320	-	Patrimônio líquido	17	90.393	80.394	90.393	-
Diversos	9.b	520	18.231	559	-	Capital		123.285	103.285	123.285	-
Outros valores e bens		3.098	3.167	3.098	-	De domiciliados no exterior		123.285	103.285	123.285	-
Outros valores e bens	11.b	4.720	4.720	4.720	-	Reserva de capital		95	95	95	-
Despesas antecipadas	11.a	-	69	-	-	Ajustes de avaliação patrimonial		(17)	982	(17)	-
(Provisão para outros valores e bens)	11.b	(1.622)	(1.622)	(1.622)	-	Prejuízos acumulados		(32.970)	(23.968)	(32.970)	-
Realizável a longo prazo		76.887	61.662	77.220	-						
Títulos e valores mobiliários	5	38.702	24.690	38.702	-						
Carteira própria		28.744	17.847	28.744	-						
Vinculados a prestação de garantias		9.958	6.843	9.958	-						
Operações de crédito		11.177	9.656	11.177	-						
Setor privado	7	11.178	9.664	11.178	-						
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8	(1)	(8)	(1)	-						
Outros créditos		27.008	27.314	27.341	-						
Diversos	9.b	27.008	27.314	27.341	-						
Outros valores e bens		-	2	-	-						
Despesas antecipadas	11.a	-	2	-	-						
Permanente		14.927	2.292	13.714	-						
Investimentos		2.088	-	6	-						
Participações em controladas		2.088	-	-	-						
Outros Investimentos		-	-	6	-						
Imobilizado de uso	12.a	3.619	2.292	3.796	-						
Outras imobilizações de uso		4.971	4.048	5.403	-						
(Depreciações acumuladas)		(1.352)	(1.756)	(1.607)	-						
Intangível	12.b	9.220	-	9.912	-						
Ativos intangíveis		9.661	-	9.804	-						
(Amortizações acumuladas)		(441)	-	(565)	-						
Ágio na aquisição de investimentos		-	-	673	-						
Total do ativo		138.593	131.173	144.095	-	Total do passivo e do Patrimônio líquido		138.593	131.173	144.095	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações de resultados

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2º semestre		Exercício			
		Individual	Consolidada	Individual		Consolidada	
		2016	2016	2016	2015	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		33.274	35.002	62.517	15.730	64.559	-
Operações de crédito		26.566	26.566	47.753	6.706	47.753	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		6.708	8.436	14.764	9.024	16.806	-
Despesas da intermediação financeira		(25.457)	(25.457)	(44.277)	(11.369)	(44.277)	-
Operações de captação no mercado		(26.763)	(26.763)	(46.421)	(9.430)	(46.421)	-
(Constituição)/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.306	1.306	2.144	(1.939)	2.144	-
Resultado bruto da intermediação financeira		7.817	9.545	18.240	4.361	20.282	-
Outras receitas/despesas operacionais		(15.939)	(17.733)	(24.285)	(16.640)	(26.265)	-
Receitas de prestação de serviços	18	2.973	4.828	5.748	2.276	8.099	-
Despesas de pessoal	19	(6.509)	(7.684)	(12.028)	(5.126)	(13.414)	-
Outras despesas administrativas	20	(9.123)	(11.508)	(11.736)	(7.730)	(14.235)	-
Despesas tributárias		(629)	(909)	(1.407)	(657)	(1.760)	-
Resultado de investimentos em controladas		(166)	-	118	-	-	-
Outras receitas operacionais	21	1.310	1.335	1.439	940	1.464	-
Outras despesas operacionais		(3.795)	(3.795)	(6.419)	(6.343)	(6.419)	-
Resultado operacional		(8.122)	(8.188)	(6.045)	(12.279)	(5.983)	-
Resultado não operacional		6	6	6	(4.419)	6	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(8.116)	(8.182)	(6.039)	(16.698)	(5.977)	-
Imposto de renda e contribuição social		1.079	1.145	(2.963)	28.798	(3.025)	-
Ativo fiscal diferido		235	235	(2.963)	28.798	(2.963)	-
Imposto de renda		419	461	-	-	(28)	-
Contribuição social		425	449	-	-	(34)	-
Participações estatutárias		-	-	-	(697)	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do período		(7.037)	(7.037)	(9.002)	11.403	(9.002)	-
Quantidade de ações ordinárias		28.526.971,00	28.526.971,00	28.526.971,00	145.926.971	28.526.971,00	-
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - r\$		(246,68)	(246,68)	(315,56)	6,93	(315,56)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>50.285</u>	<u>95</u>	<u>602</u> -	<u>(35.371)</u>	<u>15.611</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	380	-	380
Aumento de capital	17	53.000	-	-	-	53.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	11.403	11.403
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>103.285</u>	<u>95</u>	<u>982</u> -	<u>(23.968)</u>	<u>80.394</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(999)	-	(999)
Aumento de capital	17	20.000	-	-	-	20.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(9.002)	(9.002)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(17)</u> -	<u>(32.970)</u>	<u>90.393</u>
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(12)</u> -	<u>(25.933)</u>	<u>97.435</u>
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(5)	-	(5)
Prejuízo do semestre		-	-	-	(7.037)	(7.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>123.285</u>	<u>95</u>	<u>(17)</u> -	<u>(32.970)</u>	<u>90.393</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Individual			Consolidado		
	2º Semestre	Exercício		2º Semestre	Exercício	
	2016	2016	2015	2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado líquido ajustado	(4.691)	(4.515)	(14.304)	(4.650)	(4.631)	-
Lucro (prejuízo) do período	(7.037)	(9.002)	11.403	(7.037)	(9.002)	-
Depreciação e amortização	746	1.055	283	787	1.119	-
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.306)	(468)	2.196	(1.306)	(468)	-
Reversão de provisão administrativas	(1.105)	(1.092)	612	(1.105)	(1.092)	-
Outras	(6)	(6)	-	(6)	(6)	-
(Constituição) / reversão de Ativo fiscal diferido	4.017	4.998	(28.798)	4.017	4.818	-
Varição de ativos e passivos	2.008	4.001	(21.079)	2.375	5.261	-
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(1.443)	(6.974)	8.279	1.018	(4.513)	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(12)	(4)	1.248	(12)	676	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(692)	469	(2.264)	(692)	469	-
(Aumento) Redução em outros créditos e outros valores e bens	89.410	18.658	(6.391)	88.710	17.961	-
Aumento (Redução) em depósitos	(81.476)	(4.892)	(29.199)	(81.476)	(4.892)	-
Aumento (Redução) em outras obrigações	(3.779)	(3.256)	7.248	(5.173)	(4.440)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(2.683)	(514)	(35.383)	(2.275)	630	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aumento de capital	-	20.000	53.000	-	20.000	-
Aquisição de coligadas	(2.088)	(2.088)	-	(2.088)	(2.088)	-
Aquisição de intangível	(3.037)	(9.661)	-	(3.037)	(9.661)	-
Alienação de imobilizado de uso	-	-	67	-	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	-	(1.574)	(1.266)	-	(1.752)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(5.125)	6.677	51.801	(5.125)	6.499	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.808)	6.163	16.418	(7.400)	7.129	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	46.534	32.563	16.145	47.722	33.193	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	38.726	38.726	32.563	40.322	40.322	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(7.808)	6.163	16.418	(7.400)	7.129	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Bacen Central, a transferência de controle acionário do Banco Bracce S.A. para o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. (Andbank), mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andorra Banc Agrícola Reig S.A (Andbank) adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) com o objetivo de expandir sua atuação no mercado brasileiro. O grupo AndBank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse seguimento a longo prazo. O “Banco” tem como foco a atuação no segmento de “private banking”, área foco das demais empresas do controlador pelo mundo.

Em 06 de junho de 2016, o “Banco” adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda, empresa que atua na gestão de patrimônio financeiro e agora neste ano de 2017 serão migradas toda a estrutura operacional, os clientes e os recursos sob gestão sendo esperados deste processo reduções de custo e racionalização de atividades.

O “Banco” possui um crédito tributário ativado o qual será realizado nos próximos 7 anos e, portanto, dentro do prazo regulamentar. Essa realização está baseada em estudos internos que preveem a redução de custos com as sinergias obtidas pela migração anteriormente comentada, o crescimento orgânico da instituição e também o plano de aquisição de carteiras de investimentos que consiste na prospecção de “Family offices” ou empresas assemelhadas que não possuam uma estrutura robusta e que, por decisão estratégica, pretendam deixar de atuar neste segmento. Esta estratégia esta de acordo com o projeto global do controlador que inclusive, caso necessário, dará suporte financeiro para sua realização, a fim de não prejudicar os atuais níveis de liquidez e solvência que a unidade brasileira possui.

Em 2016 foram realizados fortes investimentos em tecnologia, com a troca de todo o core bancário e a adição de novos sistemas que permitiram o melhor gerenciamento das atividades, uma maior oferta de produtos e serviços além da melhora em sua qualidade. Como o negócio de private banking não é feito apenas de sistemas, também investiu-se na contratação de novos profissionais com amplo conhecimento técnico para o gerenciamento de áreas chaves da organização.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instituições do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (Bacen) e do comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), onde essas normas e instituições não foram conflitantes.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2017.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

2.2.4 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.6 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.7 Ativos intangíveis

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.8 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “*impairment*”. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Administração não reconheceu perdas por “*impairment*”.

2.2.9 Imposto de renda e contribuição social

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho

Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A nova administração do “Banco”, baseada em Plano de Negócios aprovado pelo Banco Central, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.2.10 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.2.11 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.12 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.13 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma

obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.14 Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Instituição utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Instituição leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e será amortizado com base nas projeções de resultado anual e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.15 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.16 Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.17 Participações no resultado

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.18 Lucro (prejuízo) líquido por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.19 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.20 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às Normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta - LLA Holding Financeira Ltda., e indireta - LLA DTVM Ltda.

O Banco adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Ltda. no dia 06 de Junho de 2016. Dessa forma, as primeiras demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas para o exercício de 2016, não sendo aplicável a elaboração e divulgação dos valores consolidados para o exercício de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Individual 2016	Individual 2015
Disponibilidades	175	205
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	<u>38.554</u>	<u>32.358</u>
Total	<u><u>38.729</u></u>	<u><u>32.563</u></u>
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Disponibilidades	402	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a) / (b)	<u>39.930</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>40.332</u></u>	<u><u>-</u></u>

- (a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D + 1.
- (b) No consolidado, o total da rubrica de “Aplicações Interfinanceiras de Liquidez” é formado pelo montante de aplicações de recursos proprietários, considerado como caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 39.930 e pelo montante de aplicações - conta de terceiros no valor de R\$ 4.420, totalizando R\$ 44.350.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015, os títulos e valores mobiliários estavam classificados na categoria “Títulos disponíveis para venda”, assim compostos:

a. Diversificação por tipo

	Individual 2016			Individual 2015		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.963	14.949	(14)	13.270	13.227	(43)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	110	111	(1)	2.058	2.058	-
Notas do Tesouro Nacional	5.896	5.896	-	-	-	-
Letra Financeira Subordinada (LFSN)	3.680	3.680	-	-	-	-
Debêntures	6.360	6.360	-	2.575	2.562	(13)
Ações de companhias abertas	-	-	-	161	2.242	2.081
Cotas de fundos de investimentos (iii)	676	676	-	7.724	7.724	-
Total	<u>31.685</u>	<u>31.672</u>	<u>(15)</u>	<u>25.788</u>	<u>27.813</u>	<u>2.025</u>
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.819	7.817	(2)	6.858	6.843	(15)
Certificado de Depósito Interfinanceiro	2.141	2.141	-	-	-	-
	<u>9.960</u>	<u>9.958</u>	<u>(2)</u>	<u>6.858</u>	<u>6.843</u>	<u>(15)</u>
Total	<u><u>41.645</u></u>	<u><u>41.630</u></u>	<u><u>(17)</u></u>	<u><u>32.646</u></u>	<u><u>34.656</u></u>	<u><u>2.010</u></u>

	Consolidado 2016			Consolidado 2015		
	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado	Valor Ajuste a mercado
Carteira própria: (i)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.963	14.949	(14)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	110	111	(1)	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	5.896	5.896	-	-	-	-
Letra Financeira Subordinada (LFSN)	3.680	3.680	-	-	-	-
Debêntures	6.360	6.360	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos (iii)	676	676	-	-	-	-
Total	31.685	31.672	(15)	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias: (ii)						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.819	7.817	(2)	-	-	-
Certificado de Depósito Interfinanceiro	2.141	2.141	-	-	-	-
Total	9.960	9.958	(2)	-	-	-
Total	41.645	41.630	(17)	-	-	-

- (i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria “títulos disponíveis para venda” foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações.
- (ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são LFT's caucionadas em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios e de terceiros a título de operações de correspondente bancário.
- (iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do exercício.

O Banco não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b. Diversificação por prazo

	Individual 2016	Individual 2015
Sem vencimento	2.817	9.966
A vencer até 360 dias	111	-
A vencer acima de 360 dias	38.702	24.690
	41.630	34.656
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Sem vencimento	2.817	-
A vencer até 360 dias	111	-
A vencer acima de 360 dias	38.702	-
	41.630	-

6 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

7 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Individual 2016	Individual 2015
Cédulas de crédito bancário (CCB)	12.719	14.472
Operações de crédito no ativo circulante	1.541	4.808
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	11.178	9.664
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Cédulas de crédito bancário (CCB)	12.719	-
Operações de crédito no ativo circulante	1.541	-
Operações de crédito no ativo realizável a longo prazo	11.178	-

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Individual 2016				Individual 2015			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	396	3,15	143	100	833	6,83	2.277	100
De 91 a 180 dias	377	2,99	-	-	567	4,65	-	-
De 181 a 360 dias	625	4,97	-	-	1.049	8,60	-	-
Acima de 360 dias	11.178	88,89	-	-	9.746	79,92	-	-
Total	12.576	100,00	143	100,00	12.195	100,00	2.277	100,00
	Consolidado 2016				Consolidado 2015			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	396	3,15	143	100	-	-	-	-
De 91 a 180 dias	377	2,99	-	-	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	625	4,97	-	-	-	-	-	-
Acima de 360 dias	11.178	88,89	-	-	-	-	-	-
Total	12.576	100,00	143	100,00	-	-	-	-

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Individual 2016		Individual 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público: Outros serviços	-	-	1.018	7,04
Setor privado: Outros serviços	1.749	13,75	5.250	36,28
Pessoas físicas	10.970	86,25	8.204	56,68
	12.719	100,00	14.472	100,00
	Consolidado 2016		Consolidado 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
Setor público: Outros serviços	-	-	-	-
Setor privado: Outros serviços	1.749	13,75	-	-
Pessoas físicas	10.970	86,25	-	-
	12.719	100,00	-	-

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Individual 2016		Individual 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
10 maiores devedores	12.719	100,00	14.472	100,00
	<u>12.719</u>	<u>100,00</u>	<u>14.472</u>	<u>100,00</u>
	Consolidado 2016		Consolidado 2015	
	Saldo	%	Saldo	%
10 maiores devedores	12.719	100,00	-	-
	<u>12.719</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Individual 2016				Individual 2015		
	% provisão	Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	10.970	-	10.970	-	8.204	-
A	0,5	1.478	-	1.478	8	3.762	19
C	10,00	-	-	-	-	396	12
E	30,00	128	143	271	81	-	-
H	100,00	-	-	-	-	2.110	2.110
Total		<u>12.576</u>	<u>143</u>	<u>12.719</u>	<u>89</u>	<u>14.472</u>	<u>2.141</u>
Nível de risco	Consolidado 2016				Consolidado 2015		
	% provisão	Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	10.970	-	10.970	-	-	-
A	0,5	1.478	-	1.478	8	-	-
E	30,00	128	143	271	81	-	-
Total		<u>12.576</u>	<u>143</u>	<u>12.719</u>	<u>89</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 202 (2015 - zero).

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Individual	
	2016	2015
Saldo inicial	2.141	52
Provisão	92	2.110
Reversão de provisão (a)	(2.144)	(21)
Total	<u>89</u>	<u>2.141</u>

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	2.141	-
Provisão	58	-
Reversão de provisão (a)	(2.110)	-
Total	89	-

- (a) Refere-se basicamente a reversão da provisão de operação de crédito. Em 15 de março de 2016 foi efetuado um acordo do qual foi feito o pagamento parcial no valor de R\$ 808 e em 22 de dezembro de 2016 foi finalizado o acordo e realizado pagamento no valor de R\$ 1.302 totalizando o valor de R\$ 2.110.

9 Outros créditos

a. Rendas a receber

	Individual	Individual
	2016	2015
Comissionamento a receber (a)	-	570
Total	-	570
Ativo circulante	-	570
Ativo realizável a longo prazo	-	-
	Consolidado	Consolidado
	2016	2015
Comissionamento a receber (a)	-	-
Comissões e Corretagens a receber (b)	320	-
Total	320	-
Ativo circulante	320	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-

- (a) Refere-se a rendas a receber de operações estruturadas de Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, que foi liquidada em 31 de outubro de 2016.

- (b) Refere-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos.

b. Diversos

	Individual	Individual
	2016	2015
Créditos tributários (nota 10)	25.769	28.828
Títulos e crédito a receber (b)	-	13.913
Devedores diversos	453	381
Impostos e contribuições a compensar (a)	420	5
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	59	268
Devedores por depósitos em garantia (c)	819	862
Outros	8	1.288
Total	27.528	45.545
Ativo circulante	520	18.231
Ativo realizável a longo prazo	27.008	27.314
	Consolidado	Consolidado
	2016	2015
Créditos tributários (nota 10)	25.769	-
Títulos e crédito a receber (b)	-	-
Devedores diversos	453	-
Impostos e contribuições a compensar (a)	752	-
Partes Relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	99	-
Devedores por depósitos em garantia (c)	819	-
Outros	8	-
Total	27.900	-
Ativo circulante	559	-
Ativo realizável a longo prazo	27.341	-

- (a) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.
- (b) Refere-se a valores de operações de registro de crédito rotativo realizadas com um parceiro (correspondente bancário). Essas operações são vinculadas e com 100 % de Garantia. A liquidação das operações foi em 28 de dezembro de 2016.
- (c) Refere-se basicamente a depósitos para interposição de recursos trabalhistas e cíveis.

10 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores, emanada pelo CNM, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: (redação dada pela Resolução nº 3355/06).

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O item I não se aplica às instituições recém constituídas ou que tiveram mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior.

Após a aquisição de 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A., e com a aquisição de 99,99% do controle acionário da LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (via LLA Holding Financeira Ltda.), os novos acionistas estimam consolidar o “Banco” no mercado Private visando um lucro tributável futuro que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo “Banco” e suas controladas e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2015 Individual e Consolidado	Constituição	Realização / Reversão	Saldo 31/12/2016 Individual e Consolidado
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros valores e bens	1.693	-	(924)	769
Provisão para contingências fiscais e cíveis	1.428	612	-	2.040
Passivos trabalhistas	115	-	(64)	51
Outras adições temporárias	529	-	(456)	73
Prejuízo fiscal compensável e base negativa, respectivamente	<u>25.063</u>	<u>-</u>	<u>(2.227)</u>	<u>22.836</u>
Total	<u>28.828</u>	<u>612</u>	<u>(3.671)</u>	<u>25.769</u>

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 0,5% em 2017, 3% em 2018, 13% em 2019, 17% em 2020, 23% em 2021, 24 em 2022 e o restante de 19,5% em 2023 (período inferior a 10 anos).

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2016, calculado com base na curva futura da taxa Selic é de R\$ 16.609. Em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 18.829).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o Banco não possui créditos tributários não ativados. Para o consolidado, o montante de créditos tributários não ativados é de R\$ 190 mil.

11 Outros valores e bens

a. Despesas antecipadas

	Individual 2016	Individual 2015
Despesas administrativas	-	71
Ativo circulante	-	69
Ativo realizável a longo prazo	-	2
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Despesas administrativas	-	-
Ativo circulante	-	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-

b. Outros valores e bens

	Individual 2016	Individual 2015
Outros Valores e Bens (a)	4.720	4.720
Provisão para Outros Valores e Bens	(1.622)	(1.622)
	3.098	3.098
Ativo circulante	3.098	3.098
Ativo realizável a longo prazo	-	-
	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Outros Valores e Bens (a)	4.720	-
Provisão para Outros Valores e Bens	(1.622)	-
	3.098	-
Ativo circulante	3.098	-
Ativo realizável a longo prazo	-	-

(a) Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis, terrenos e veículos recebidos em dação de pagamento.

12 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Individual 2016			Individual 2015
		Imobilizado	Dep.		Total
			Imobilizado	acumulada	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.739	(509)	1.230	932
Equipamentos de informática/comunicação	10%	2.942	(766)	2.176	1.103
Veículos	10%	280	(76)	204	257
Equipamentos de segurança	20%	10	(1)	9	-
		<u>4.971</u>	<u>1.352</u>	<u>3.619</u>	<u>2.292</u>
		Consolidado 2016			Consolidado 2015
	Taxa de depreciação	Imobilizado	Dep.		Total
			Imobilizado	acumulada	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.823	(577)	1.246	-
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.289	(953)	2.336	-
Veículos	10%	280	(76)	204	-
Equipamentos de segurança	20%	11	(1)	10	-
		<u>5.403</u>	<u>1.607</u>	<u>3.796</u>	<u>-</u>

b. Ativos intangíveis

	Taxa de depreciação	Individual 2016			Individual 2015
		Intangível	Amort.		Total
			Intangível	acumulada	
Ativos intangíveis (a)	10%	9.661	(441)	9.220	-
		<u>9.661</u>	<u>(441)</u>	<u>9.220</u>	<u>-</u>
		Consolidado 2016			Consolidado 2015
	Taxa de depreciação	Intangível	Amort.		Total
			Intangível	acumulada	
Ativos intangíveis (a)	10%	9.804	(566)	9.239	-
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	673	-	673	-
		<u>10.477</u>	<u>(566)</u>	<u>9.912</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se ao custo de transformação tecnológica do banco, para configuração e parametrização inicial, definição e execução dos testes individuais e integrados dos novos sistemas.

(b) No consolidado, refere-se ao ágio, baseado em expectativa de rentabilidade futura, da aquisição da LLA Holding Financeira Ltda. - conforme nota 24.

13 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	Individual 2016			Individual 2015	
	À vista	A prazo não ligadas	A prazo ligadas	Total	Total
Sem vencimento	1.217	-	-	1.217	1.737
Até 30 dias	-	50	-	50	12.708
De 31 a 60 dias	-	298	-	298	3.096
De 61 a 90 dias	-	1.490	-	1.490	282
De 91 a 180 dias	-	2.676	-	2.676	894
De 181 a 360 dias	-	14.915	1.637	16.552	4.888
Acima de 360 dias	-	13.663	-	13.663	17.233
Total	1.217	33.092	1.637	35.946	40.838
Passivo circulante				22.283	23.605
Passivo exigível a longo prazo				13.663	17.233

Vencimentos	Consolidado 2016			Consolidado 2015	
	À vista	A prazo não ligadas	A prazo ligadas	Total	Total
Sem vencimento	1.217	-	-	1.217	-
Até 30 dias	-	50	-	50	-
De 31 a 60 dias	-	298	-	298	-
De 61 a 90 dias	-	1.490	-	1.490	-
De 91 a 180 dias	-	2.676	-	2.676	-
De 181 a 360 dias	-	14.915	1.637	16.552	-
Acima de 360 dias	-	13.663	-	13.663	-
Total	1.217	33.092	1.637	35.946	-
Passivo circulante				22.283	-
Passivo exigível a longo prazo				13.663	-

b. Composição por segmento de mercado

Composição	Individual 2016			Individual 2015	
	À vista	A prazo	Total	Total	
Entidades ligadas	-	1.637	1.637	4.551	
Governos	570	-	570	575	
Pessoas físicas	22	11.183	11.205	11.380	
Pessoas jurídicas	625	21.909	22.534	24.332	
Total	1.217	34.729	35.946	40.838	

	Consolidado 2016			Consolidado 2015
	À vista	A prazo	Total	Total
Composição				
Entidades ligadas	-	1.637	1.637	-
Governo	570	-	570	-
Pessoas físicas	22	11.183	11.205	-
Pessoas jurídicas	625	21.909	22.534	-
Total	<u>1.217</u>	<u>34.729</u>	<u>35.946</u>	<u>-</u>

c. Concentração por depositantes

	Individual 2016			Individual 2015
	Depósitos			Depósitos
	À vista	A prazo	Total	Total
Concentração				
10 maiores	1.152	20.391	21.664	25.580
50 seguintes	64	13.038	12.981	13.398
100 seguintes	1	1.276	1.301	1.860
Total	<u>1.217</u>	<u>34.729</u>	<u>35.946</u>	<u>40.838</u>

	Consolidado 2016			Consolidado 2015
	Depósitos			Depósitos
	À vista	A prazo	Total	Total
Concentração				
10 maiores	1.152	20.512	21.664	-
50 seguintes	64	12.917	12.981	-
100 seguintes	1	1.300	1.301	-
Total	<u>1.217</u>	<u>34.729</u>	<u>35.946</u>	<u>-</u>

14 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	Individual 2016	Individual 2015
Provisão para riscos fiscais (nota 15)	280	263
Impostos e contribuições a recolher	601	310
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	1.133
	<u>881</u>	<u>1.706</u>
Passivo circulante	601	1.443
Passivo exigível a longo prazo	280	263

	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Provisão para riscos fiscais (nota 15)	280	-
Impostos e contribuições a recolher	850	-
Passivo circulante	850	-
Passivo exigível a longo prazo	280	-

b. Diversas

	Individual 2016	Individual 2015
Fornecedores	157	145
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	4.645	3.277
Despesas de pessoal	2.531	476
Credores diversos (a)	2.463	2.108
Valores a pagar partes relacionadas (nota 16)	1.077	200
Outros	20	299
Total	10.893	6.503
Passivo circulante	6.248	3.481
Passivo exigível a longo prazo	4.645	3.022

	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Fornecedores	1.184	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	4.645	-
Despesas de pessoal	3.317	-
Credores diversos (a)	2.558	-
Outros	17	-
Total	11.721	-
Passivo circulante	7.076	-
Passivo exigível a longo prazo	4.645	-

- (a) Refere-se a valores a serem repassados de operações de registro de crédito rotativo realizadas com um parceiro (correspondente bancário). Essas operações são vinculadas e com 100 % de Garantia. A liquidação das operações foi em 28 de dezembro de 2016.

15 Contingências

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Individual 31/12/2015	Individual e Consolidado Exercício 2016		
	Saldo inicial	Constituições	Baixas	Saldo final
Riscos fiscais (nota 14.a) (a)	263	17	-	280
Riscos trabalhistas (nota 14.b) (b)	253	-	(140)	113
Riscos cíveis (nota 14.b) (c)	3.024	1.508	-	4.532
Saldos	3.540	1.525	(140)	4.925

- (a) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de IR/ISS, no montante de R\$ 280 (R\$ 255 em 2015). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como possível.
- (b) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

- (c) Refere-se basicamente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Processos relacionados à Correspondente Bancário: No Contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do “Banco”, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o “Banco” for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, tendo em vista a eficácia comprovada do direito de regresso do “Banco”, representando assim um risco financeiro remoto ao Banco. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências fiscais avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 9.253 (R\$ 126 em 2015) para individual e consolidado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam contingências com risco de perda possível para as esferas civil e trabalhista.

16 Partes relacionadas

O “Banco” possui como controladora direta a Andbank (Brasil) Holding Ltda. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do “Banco” por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- LLA Participações Ltda.
- LLA Wealth Participações Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chave do Banco sua diretoria executiva e os mesmos receberam um total de R\$ 673 no exercício (R\$ 195 em 2015).

O “Banco” manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
LLA Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	3	28	10	47
Valores a pagar	-	(44)	-	(1)
LLA Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	17	101	98	361
Valores a pagar	-	(404)	(1)	(20)
LLA Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber	39	276	160	1.187
Valores a pagar	(1.077)	(4.432)	(199)	(1.425)
APW Consultores Financeiros				
Depósito a Prazo	(1.637)	-	(4.551)	-
Total a receber - Outros Créditos Diversos	59	405	268	1.595
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(1.077)	(4.880)	(200)	(1.446)
Total Depósito a Prazo	(1.637)	-	(4.551)	-

Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

17 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 20 de janeiro de 2016, o Banco aumentou seu capital no valor de 20.000, com emissões de 28.256.971 novas ações, o Banco Central homologou este aumento de capital em 26 de fevereiro de 2016. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está composto por 174.183.942 ações ordinárias, sem valor nominal.

b. Reserva de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5%

do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social do Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o Banco não constitui reservas de lucros em face do saldo do prejuízo acumulado.

18 Receitas de prestação de serviços

	2º semestre		Exercício Individual	
	2016	2016	2016	2015
Rendas de intermediação	-	34	-	-
Remuneração operação estruturada (a)	2.965	5.698	2.260	-
Tarifas bancárias	8	16	16	-
	<u>2.973</u>	<u>5.748</u>	<u>2.276</u>	-
	2º semestre		Exercício Consolidada	
	2016	2016	2016	2015
Rendas de intermediação	1.459	1.959	-	-
Rendas de custódia	361	361	-	-
Remuneração operação estruturada (a)	2.990	5.723	-	-
Tarifas bancárias	15	23	-	-
Rendas de outros serviços	3	33	-	-
	<u>4.828</u>	<u>8.099</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

19 Despesas de pessoal

	2º semestre		Exercício Individual	
	2016	2016	2016	2015
Proventos	4.017	7.313	2.955	-
Encargos Sociais	1.127	2.198	935	-
Benefícios	961	1.754	969	-
Pro labore	347	673	195	-
Remuneração de estagiários	44	61	50	-
Treinamento	13	29	22	-
	<u>6.509</u>	<u>12.028</u>	<u>5.126</u>	-
	2º semestre		Exercício Consolidada	
	2016	2016	2016	2015
Proventos	4.752	8.048	-	-
Encargos Sociais	1.327	2.609	-	-
Benefícios	1.130	1.923	-	-
Pro labore	408	734	-	-
Remuneração de estagiários	52	69	-	-
Treinamento	15	31	-	-
	<u>7.684</u>	<u>13.414</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

20 Outras despesas administrativas

	Exercício Individual		
	2º semestre	2016	2015
Serviços do sistema financeiro (a)	119	233	1.688
Serviços de terceiros	152	242	15
Serviços técnicos especializados (b)	5.733	6.056	3.175
Aluguéis	447	808	720
Amortizações e depreciações	746	1.055	283
Comunicações	382	703	444
Processamento de dados	858	1.405	864
Transporte	39	59	45
Condomínio	226	285	-
Publicação	9	94	-
Viagens	78	129	50
Outras	333	667	446
	9.123	11.736	7.730

	Exercício Consolidada		
	2º semestre	2016	2015
Serviços do sistema financeiro (a)	1.035	1.263	-
Serviços de terceiros	179	269	-
Serviços técnicos especializados (b)	6.719	7.042	-
Aluguéis	526	887	-
Amortizações e depreciações	786	1.095	-
Comunicações	450	771	-
Processamento de dados	1.010	1.557	-
Transporte	42	61	-
Condomínio	226	285	-
Publicação	10	95	-
Viagens	92	143	-
Outras	433	767	-
	11.508	14.235	-

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria financeira. Em 2015 o valor refere-se basicamente a assessoria jurídica paga pela compra do Banco.

21 Outras receitas operacionais

	Exercício Individual		
	2º semestre	2016	2015
Interbancária	-	3	7
Variações monetárias ativas	-	1	13
Reversão de provisões operacionais (a)	1.210	1.210	654
Outras (b)	100	225	266
	1.310	1.439	940

	Exercício Consolidado		
	2º semestre	2016	2015
Interbancária	-	3	-
Variações monetárias ativas	-	10	-
Reversão de provisões operacionais (a)	1.210	1.210	-
Outras (b)	125	241	-
	1.335	1.464	-

- (a) Em 2015, refere-se basicamente a reversão de provisão para despesas de participação dos lucros aos empregados e em 2016, refere-se a reversão de provisão para despesas de operação de crédito rotativo.
- (b) Refere-se basicamente a receita de processamento de dados.

22 Outras despesas operacionais

	2º semestre		Exercício Individual	
	2016	2016	2016	2015
Interbancária	8	13		11
Provisão B.N.D.U	-	-		1.557
Processo trabalhista (nota 15)	4	286		763
Variação monetária passiva	242	640		17
Despesas indedutíveis - impostos a compensar	-	-		829
Processo cível (nota 15) (a)	289	1.228		3.103
Operações de crédito (c)	789	789		-
Provisão Operações Estruturadas (b)	2.463	3.463		63
	<u>3.795</u>	<u>6.419</u>		<u>6.343</u>
			Exercício Consolidado	
	2º semestre		2016	2015
	2016	2016		
Interbancária	8	13		-
Processo trabalhista (nota 15)	4	286		-
Variação monetária passiva	242	640		-
Processo cível (nota 15) (a)	289	1.228		-
Operações de crédito (c)	789	789		-
Outras (b)	2.463	3.463		-
	<u>3.795</u>	<u>6.419</u>		<u>-</u>

- (a) Em 2015, refere-se a despesa com provisão com ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. O valor continua provisionado em 2016.
- (b) Refere-se a provisão referente a operações vinculadas com a Nú Pagamentos, a provisão foi constituída devido a rescisão contratual antecipada.
- (c) Refere-se ao acordo firmado com a SIEMG e Funterra para quitação de uma operações de crédito CCB.

23 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda Individual		Contribuição social Individual	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes da tributação e participação estatutária	(6.039)	(16.001)	(6.039)	(16.001)
Efeitos das adições/exclusões				
Adições permanentes	597	-	597	-
Despesas indedutíveis	-	4.494	-	4.494
Adições temporárias	1.598	-	1.598	-
Exclusões definitivas	(3.977)	-	(3.977)	-
Provisões Indedutíveis	-	5.424	-	5.424
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	(7.820)	(4.462)	(7.820)	(4.462)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	<u>15.554</u>	<u>16.016</u>	<u>10.215</u>	<u>12.812</u>
Base de cálculo	2.125	-	2.125	-
Alíquotas efetivas:				
Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	419	-	-	-
Contribuição social corrente - 20%	-	-	425	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	<u>419</u>	<u>-</u>	<u>425</u>	<u>-</u>

24 Participações em Controladas

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência (a)	
						2016	2015	2016	2015
LLA Holding Ltda	850	470	1.415	98.525.837	99,99%	1.415	-	118	-
Ágio na aquisição de investimentos (b)	-	-	-	-	-	673	-	-	-
Total						2.088	-	118	-

- (a) Refere-se ao resultado de equivalência calculado com base no resultado acumulado a partir de Junho, visto que o Banco adquiriu a empresa no dia 06 de Junho de 2016.
- (b) Em 06 de junho de 2016, o “Banco” adquiriu 100% do controle acionário da LLA Holding Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da LLA DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil, foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. Está em fase de elaboração o estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), por empresa contratada, especializada e independente e a alocação final do ágio poderá sofrer alterações e aprimoramentos até a finalização do estudo, que tem estimativa de conclusão até 12 meses, a partir da data da respectiva aquisição.

A controlada LLA Holding Ltda. através da LLA DTVM “Distribuidora”, concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Abaixo apresentamos um resumo das informações contábeis da controlada:

Saldos de Balanço em 31.12.2016

	LLA Holding Financeira 2016	LLA DTVM 2016
Disponibilidade	151	75
Aplicações Interfinanceiras	-	5.797
Outros Créditos	-	1.809
Outros Valores e Bens Permanente	-	-
	1.265	201
Total do Ativo	1.416	7.882
Outras Obrigações	1	6.617
PL	1.415	1.265
Total do Passivo	1.416	7.882

Demonstrações dos Resultados em 31.12.2016

	LLA Holding Financeira 2016	LLA DTVM 2016
Receitas com intermediação financeira	-	3.999
Resultado com tít. e valores mobiliários	-	3.999
Resultado de Investimento	470	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	(3.319)
Receitas de prestação de serviços	-	4.523
Despesas de pessoal	-	(2.949)
Despesas administrativas	-	(4.287)
Despesas tributárias	-	(636)
Outras receitas operacionais	-	35
Outras despesas operacionais	-	(4)
Resultado operacional	-	680
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes da tributação sobre o resultado	-	680
Imposto de renda e contribuição social	-	(210)
IR e CS	-	(210)
Lucro líquido do período	470	470

25 Outras informações

- a.** O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194 ambas de 1 de março de 2013 e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência exigido PRE.

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"). Com isso a LLA DTVM Ltda e o "Banco" passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o "Banco" é líder sendo assim a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13 o banco passa informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de Basileia do Banco Prudencial é de 38,02% (38,34% em 2015).

	2016	2015
Capital Social	124.225.990,38	104.225.990,38
(-) Deduções do Capital Social exceto ajustes prudenciais	33.075.985,27	24.152.675,86
Patrimônio de Referência (PR)	67.036.010,82	52.070.909,06
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	56.457.015,46	37.133.233,25
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	17.411.263,19	14.937.675,71

- b.** O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 379.135 (R\$ 474.310 em 2015).
- c.** A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos

Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do “Banco” aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 3.380/06.

A partir de 01 de julho de 2008 a Resolução nº 3.380/06, passou a exigir das Instituições Financeiras a alocação de capital para risco operacional, para tanto o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital.

Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial.
- Taxas de juros.
- Preços de ações.
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo *Asset and Liability Committee* - ALCO.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) das posições ativas e passivas do “Banco”, o processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

Gerenciamento do risco de crédito

Busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e pela Diretoria do Banco.

Gerenciamento do risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento”

entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 2.804, de 21 de dezembro de 2000.

O risco de liquidez é monitorado diariamente através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Os relatórios referentes a risco operacional e de mercado encontram-se à disposição na sede do Banco.

27 Evento subsequente

- a.** De acordo com ata de 21 de março de 2017 do Banco, os acionistas resolveram aumentar o capital em R\$ 13.500 com emissão de 26.013.867 novas ações. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2017.